

SUMÁRIO

Evolução histórica dos Juizados Especiais no Brasil: das ideias inspiradoras à prática

1. Da ideia à estrutura: a inspiração dos Juizados Especiais brasileiros	31
2. Implementação do Juizado de Pequenas Causas no Brasil	41
3. Dissenso quanto ao anteprojeto dos Juizados: entre o texto e o contexto	48
4. A recepção do anteprojeto dos Juizados de Pequenas Causas pela classe política: como ocorreu o processo legislativo?	57
5. A redação do texto final do projeto de lei: em que medida os Juizados de Pequenas Causas foram de fato influenciados pelo modelo nova-iorquino? .	59
6. Da teoria à prática: os Juizados em funcionamento	61

LEI N.º 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

Art. 1º	65
----------------------	----

COMENTÁRIOS	65
--------------------------	----

1. Regulamentação em razão de determinação constitucional	65
2. São sinônimos os Juizados Especiais e os Juizados de Pequenas Causas?	66
3. Criação dos Juizados Especiais no âmbito da Justiça Federal	67
4. Norma de natureza processual	67
5. Natureza jurídica: órgãos da Justiça Ordinária	68
6. Fundamento constitucional e obrigatoriedade de criação	68
7. Competência legislativa concorrente	69
8. Concentração de atividades: conciliação, processo, julgamento e execução ..	74

ASPECTOS PRÁTICOS	75
--------------------------------	----

▸ Modelo de inicial em ação de cobrança	75
▸ Modelo de inicial em ação de danos materiais em decorrência de acidente de trânsito	76
▸ Modelo de sentença extinguindo o feito em razão do cumprimento da obrigação em sede de execução	78
▸ Modelo de sentença condenatória em ação de cobrança aplicando-se os efeitos da revelia em desfavor do requerido	79

Art. 2º	82
COMENTÁRIOS	82
1. Ordenamento jurídico brasileiro: um sistema aberto de regras e princípios	82
2. Regras e princípios	83
3. Regras e princípios nos Juizados Especiais	84
4. Oralidade	86
5. Simplicidade	89
6. Informalidade	90
7. Economia processual	95
8. Celeridade	96
9. Solução consensual dos litígios	97
ASPECTOS PRÁTICOS	100
▸ Modelo de petição de acordo em ação de cobrança	101
▸ Modelo de sentença homologatória	102
Art. 3º	103
COMENTÁRIOS	103
1. Pequeno valor e menor complexidade	103
2. Incompetência para as causas de menor complexidade e a utilização do mandado de segurança	107
3. Ampliação da competência cível	108
4. Competência em razão da matéria do art. 275, II, CPC/73	110
5. O Código de Processo Civil de 2015 e as ações previstas no art. 275, II, CPC/73	112
6. Ação de despejo para uso próprio	112
7. Sanção penal para o caso de imóvel reclamado e não utilizado dentro do prazo legal	121
8. Aplicabilidade de multa para o caso de imóvel reclamado e não utilizado dentro do prazo legal	121
9. Atenção – Retomada para uso próprio e valor da causa	121
10. Demandas regidas por procedimentos especiais	121
11. Valor da causa nas demandas possessórias	124
12. Causas excluídas da competência dos Juizados Especiais	125
13. Renúncia ao crédito excedente e pedidos interdependentes	125
14. Atenção – Conflito de competência entre Juízo de Direito Comum e Juizado Especial	125
15. Atenção – STF e a “inadmissibilidade” do mandado de segurança contra decisões interlocutórias – STJ e a “admissibilidade” do mandado de segurança .	126
16. Facultatividade de ajuizamento da ação no Juizado Especial ou na Justiça Comum	126
ASPECTOS PRÁTICOS	127
▸ Modelo de inicial em ação declaratória/indenizatória em razão da inscrição indevida dos dados do requerente em órgãos de proteção ao crédito, com pedido de tutela provisória, em que a parte limita o pedido indenizatório ao teto estabelecido no inciso I do art. 3º da Lei 9.099/95	127
▸ Modelos de inicial em que se pleiteia despejo para uso próprio	131

▸ Modelo de sentença de extinção em caso de inobservância do teto de 40 (quarenta) salários-mínimos	133
▸ Modelo de sentença em ação de despejo para uso próprio cumulada com cobrança de valores	135
Art. 4º	139
COMENTÁRIOS	140
1. Regras gerais	140
2. Foro competente para as ações de reparação de dano de qualquer natureza	140
3. <i>Auctor sequitur forum rei</i>	140
4. <i>Forum contractus</i>	142
5. <i>Auctor sequitur forum rei</i> como super-regra	142
ASPECTOS PRÁTICOS	142
▸ Modelo de inicial de ação indenizatória em razão da devolução indevida de cheque: embora o banco requerido tenha sua sede em comarca distinta daquela em que a parte requerente reside, admite-se, como competente, o foro do domicílio deste último, em virtude do que dispõe o III, conjuntamente ao inciso I, do art. 101 do Código de Defesa do Consumidor	142
Art. 5º	146
COMENTÁRIOS	146
1. Atuação do Juiz na direção do processo	146
2. Poderes instrutórios	146
ASPECTOS PRÁTICOS	146
▸ Modelo de despacho designando audiência de instrução e julgamento para a produção de prova oral	147
▸ Modelo de decisão designando audiência de instrução e julgamento, presencial, para a produção de prova oral e rejeição de preliminares	147
▸ Modelo de sentença prolatada, em ação de obrigação de fazer para transferência de propriedade de veículo, em que o magistrado optou pelo julgamento antecipado do mérito	149
Art. 6º	152
COMENTÁRIOS	152
1. Complementação da atuação do Juiz na direção do processo	152
ASPECTOS PRÁTICOS	152
▸ Modelo de decisão de deferimento de pedido de tutela de urgência, sem a oitiva da parte contrária	153
▸ Modelo de decisão, em sede de cumprimento de sentença, em que o magistrado, com base em nova documentação apresentada pela parte executada, acolheu pedido de impenhorabilidade de valores depositados em caderneta de poupança	154
Art. 7º	155
COMENTÁRIOS	155

1. Papel e atuação dos conciliadores	155
2. Incompatibilidade entre ser “auxiliar da justiça” e advogado nos Juizados Especiais da comarca onde atue	156
ASPECTOS PRÁTICOS	156
▸ Modelo de termo de audiência com acordo para pagamento de valor parcelado	156
▸ Modelo de termo de audiência com acordo para a transferência de propriedade de veículo	157
▸ Modelo de termo de audiência, com acordo, em ação de rescisão c/c obrigação de fazer e indenização por danos morais em razão de inclusão indevida em cadastro de inadimplentes	158
Art. 8º	159
COMENTÁRIOS	160
1. Incapazes	160
2. Presos	160
3. Pessoas jurídicas de direito público e autarquias	160
4. Atenção – Empresas públicas da União	160
5. Massa falida	160
6. Insolvente civil	161
7. Legitimidade ativa e capacidade para estar em juízo	161
8. Legitimidade para figurar no polo ativo ou no polo passivo das demandas cognitivas	162
9. Cessionário de direito de pessoa jurídica	162
10. Microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte	162
11. Pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)	162
12. Inaplicabilidade do § 2º	163
ASPECTOS PRÁTICOS	163
▸ Modelo de despacho intimando a parte para que seja adequado o procedimento, em razão de ter indicado menor impúbere para figurar no polo passivo	163
▸ Modelo de preliminar arguida em sede de contestação, e pugnando pela extinção do feito, sem enfrentamento de mérito, em razão de a parte requerente ser cessionário de pessoa jurídica	164
▸ Modelo de decisão de extinção sem resolução de mérito em razão de figurar menor impúbere no polo ativo	166
▸ Modelo de decisão de extinção sem resolução de mérito em razão de figurar cessionário de pessoa jurídica no polo ativo	167
Art. 9º	172
COMENTÁRIOS	173
1. Possibilidade de demandar sem a assistência de advogado	173
2. Nomeação de advogado	173
3. Mandato escrito	173
4. Preposto das pessoas jurídicas	173

ASPECTOS PRÁTICOS	174
▸ Modelo de termo inicial para indenização por danos materiais em razão de acidente de trânsito e com designação de audiência de conciliação	174
▸ Modelo de termo inicial de ação de cobrança em que, no polo ativo, figura pessoa jurídica, representada por seu sócio proprietário, com designação de audiência de conciliação	175
Art. 10.	177
COMENTÁRIOS	177
1. Vedação de intervenção de terceiro	177
2. O CPC/2015 e a desconsideração da personalidade jurídica	177
3. O CPC/2015 e a assistência	177
4. Aplicação subsidiária do CPC	178
ASPECTOS PRÁTICOS	178
▸ Modelo de pedido de desconsideração da personalidade jurídica	179
▸ Modelo de decisão acolhendo pedido de desconsideração da personalidade jurídica	181
▸ Modelo de termo inicial em ação ordinária decorrente de defeito de produto ..	184
Art. 11.	185
COMENTÁRIOS	185
1. Participação do representante do Ministério Público	185
2. Atribuição constitucional do Ministério Público	186
3. O Ministério Público como parte e como fiscal da ordem jurídica	186
ASPECTOS PRÁTICOS	187
▸ Modelo de despacho determinando a intimação do Ministério Público para intervir nos autos	188
Art. 12.	189
COMENTÁRIOS	189
1. Atos processuais serão, em regra, públicos	189
2. Realização em horário noturno	190
3. Suspensão dos prazos processuais	190
4. Forma	190
5. Tempo	191
6. Lugar	192
ASPECTOS PRÁTICOS	192
▸ Modelo de petição pleiteando que o feito tramite em segredo de justiça	193
▸ Modelo de petição para habilitação em processo que tramite em segredo de Justiça	194
Art. 12-A.	194
COMENTÁRIOS	194
1. Alteração legislativa	194

2. Contagem dos prazos em dias úteis	195
3. Contagem dos prazos em dias úteis para a interposição de recursos	195
4. Manutenção do prazo horário previsto no § 1º do art. 42	195
ASPECTOS PRÁTICOS	196
▸ Modelo de despacho determinando a apresentação de documento e fixando prazo em dias úteis	196
Art. 13.	197
COMENTÁRIOS	197
1. Validade e finalidade dos atos processuais	197
2. Cartas precatórias	197
3. Registros dos atos essenciais	198
ASPECTOS PRÁTICOS	198
▸ Modelo de despacho determinando a intimação das partes por meio alternativo (telefone, e-mail etc.), em decorrência da designação de audiência de conciliação	198
▸ Modelo de despacho determinando a expedição de ofício a juízo diverso, e sua remessa por meio alternativo (e-mail), a fim de que preste informações	199
Art. 14.	199
COMENTÁRIOS	200
1. Procedimento comum e nos Juizados Especiais	200
2. Petição inicial e emenda	200
3. Pedido genérico	200
4. Atermação	201
5. Formação do processo	202
6. Pedido escrito ou oral	202
7. Forma simples e linguagem acessível	203
8. Elementos do pedido	203
ASPECTOS PRÁTICOS	206
▸ Modelo de termo inicial para formulação de pedido de transferência de propriedade de veículo automotor	207
▸ Modelo de termo inicial para ação de cobrança	208
Art. 15.	209
COMENTÁRIOS	209
1. Cumulação de pedidos	209
2. Cumulação simples	210
3. Cumulação sucessiva	210
4. Cumulação subsidiária ou eventual	211
5. Requisitos para a cumulação de pedidos	212
6. Pedido alternativo	213

ASPECTOS PRÁTICOS	214
▸ Modelo de sentença extinguindo o feito em razão da inobservância do valor do teto estabelecido pela Lei 9.099/95	214
▸ Modelo de despacho determinando a emenda da inicial em razão da cumulação de pedidos que importam em procedimentos distintos	217
Art. 16.	217
COMENTÁRIOS	218
1. Designação de audiência de tentativa de conciliação	218
2. E por que não a realização de uma audiência de pré-mediação nos Juizados Especiais?	218
3. Prazo para a realização do ato	219
ASPECTOS PRÁTICOS	219
▸ Modelo de termo inicial para a formulação de pedido de declaração de inexistência de débitos	219
Art. 17.	221
COMENTÁRIOS	221
1. Comparecimento de ambas as partes	221
2. Pedido contraposto	221
3. Atenção – Reconvenção	224
ASPECTOS PRÁTICOS	224
▸ Modelo de termo de audiência com comparecimento espontâneo das partes e a realização de acordo, seguido da sua homologação	224
▸ Modelo de contestação com pedido contraposto em ação de cobrança	225
Art. 18.	227
COMENTÁRIOS	228
1. Citação e modalidades	228
2. Citação de pessoa física e jurídica	230
3. Citação por oficial de justiça	231
4. Conteúdo da correspondência ou do mandado citatório	232
5. Citação por edital	232
6. Comparecimento espontâneo do requerido	233
7. Citação por e-mail e pelas redes sociais	233
ASPECTOS PRÁTICOS	235
▸ Modelo de decisão (em fase executiva) indeferindo a citação por edital	236
▸ Modelo de decisão que indefere o pedido de citação por aplicativos de mensagens	236
Art. 19.	237
COMENTÁRIOS	237
1. Intimações	237
2. Modalidades	238
3. Mudanças de endereço	239

ASPECTOS PRÁTICOS	240
▸ Modelo de termo de audiência em que restou infrutífera a composição e foram conferidos prazos às partes para apresentação, respectivamente, de contestação e réplica	240
▸ Modelo de despacho reconhecendo a intimação da parte em decorrência da ausência de comunicação da mudança de endereço	241
Art. 20.	242
COMENTÁRIOS	242
1. Contumácia e revelia	242
2. Efeitos	243
3. Presença física do requerido	245
4. Presunção relativa da revelia, participação do revel e atos processuais	245
ASPECTOS PRÁTICOS	246
▸ Modelo de sentença em que são presumidos verdadeiros os fatos alegados na inicial, aplicando-se os efeitos da revelia	246
▸ Modelo de sentença em ação indenizatória em que foram relativizados os efeitos da revelia, julgando-se improcedente o pedido inicial	249
Art. 21.	253
COMENTÁRIOS	253
1. Papel do juiz togado ou leigo	253
ASPECTOS PRÁTICOS	253
▸ Modelo de renúncia ao crédito excedente a ser inserido na parte final do termo inicial	253
Art. 22.	254
COMENTÁRIOS	254
1. Presidência dos trabalhos de conciliação	254
2. Sentença homologatória	254
3. Audiência de conciliação não presencial	254
ASPECTOS PRÁTICOS	256
▸ Modelo de termo de audiência em que houve a realização de acordo entre as partes	256
Art. 23.	257
COMENTÁRIOS	257
1. Julgamento antecipado e revelia	257
ASPECTOS PRÁTICOS	257
▸ Modelo de sentença proferida em sede de audiência de conciliação em caso de ausência da parte requerida	258
▸ Modelo de termo de audiência de conciliação com a aplicação dos efeitos da contumácia	259

▸ Modelo de sentença proferida em sede de audiência virtual de conciliação em caso de ausência da parte requerida	260
Art. 24.	261
COMENTÁRIOS	261
1. Arbitragem	261
2. Necessidade de anuência das partes	261
Art. 25.	261
COMENTÁRIOS	261
1. O árbitro e os mesmos critérios do Juiz	261
2. Equidade	261
Art. 26.	262
COMENTÁRIOS	262
1. Conclusão da instrução pelo árbitro	262
ASPECTOS PRÁTICOS (arts. 24, 25 e 26)	262
▸ Modelo de termo de audiência em que é apresentado laudo arbitral em demanda indenizatória	262
▸ Modelo de decisão homologatória de laudo arbitral	265
Art. 27.	265
COMENTÁRIOS	265
1. Desinteresse pela instituição do juízo arbitral	265
2. Atenção – Ciência do requerido e o propósito do seu comparecimento em Juízo ...	266
ASPECTOS PRÁTICOS	266
▸ Modelo de termo de audiência de conciliação, instrução e julgamento com designação de nova data para a realização da instrução e oitiva da testemunha ausente	266
▸ Modelo de despacho para a intimação da parte contrária para a manifestação quanto à realização do ato instrutório de forma semipresencial	267
Art. 28.	268
COMENTÁRIOS	268
1. Oralidade e concentração dos atos processuais	268
2. Celeridade	268
3. Audiências de instrução e julgamento telepresenciais como exceção	268
ASPECTOS PRÁTICOS	270
▸ Modelo de termo de audiência de instrução e julgamento com prolação de sentença	271
Art. 29.	273
COMENTÁRIOS	273
1. Incidentes	273
2. Questões que não se referem ao mérito da causa	273

ASPECTOS PRÁTICOS	274
▸ Modelo de decisão de afastamento de preliminar de complexidade da matéria e designação de audiência de instrução e julgamento	274
▸ Modelo de decisão de afastamento de preliminar de incompetência do Juízo e designação de audiência de instrução e julgamento	275
▸ Modelo de decisão de afastamento de preliminar de ilegitimidade de parte e designação de audiência de instrução e julgamento	277
Art. 30.	278
COMENTÁRIOS	278
1. Modalidades de resposta	278
2. Atenção – Modalidades de contestação	279
ASPECTOS PRÁTICOS	279
▸ Modelo de contestação em ação indenizatória em virtude de acidente de trânsito (responsabilidade civil)	280
Art. 31.	284
COMENTÁRIOS	284
1. Atenção – Reconvenção e pedido contraposto	284
2. Controvérsia	284
3. Ação declaratória incidental	284
4. Possibilidade de réplica do requerente em relação à resposta do requerido ...	284
ASPECTOS PRÁTICOS	285
▸ Modelo genérico de contestação, com pedido contraposto, em ação indenizatória	285
Art. 32.	287
COMENTÁRIOS	287
1. Moralmente legítimas	287
2. Atenção – Provas como elementos de convicção do juiz	287
3. A ata notarial	287
ASPECTOS PRÁTICOS	288
▸ Modelo de sentença de extinção, sem mérito, em virtude da necessidade da produção de prova incompatível com o rito da Lei 9.099/95	288
Art. 33.	291
COMENTÁRIOS	291
1. Concentração dos atos processuais	291
2. Juntada de documentos	291
3. Requerimento para a produção da prova oral	291
4. Produção de provas na audiência de instrução e julgamento	291
5. Ordem de produção de prova oral na audiência de instrução e julgamento ...	293
6. Inobservância da ordem de produção de prova em audiência	294

ASPECTOS PRÁTICOS	294
▸ Modelo de saneamento e designação de audiência de instrução e julgamento, sem arguição de preliminares	294
▸ Modelo de saneamento e designação de audiência de instrução e julgamento em demanda envolvendo acidente de trânsito, com rejeição de preliminar de ilegitimidade ativa do condutor, por ser pessoa diversa do proprietário registral	295
▸ Modelo de decisão de saneamento e designação de audiência de instrução e julgamento em demanda que versa sobre acidente de trânsito, com rejeição de preliminares de ilegitimidade ativa do requerente e incompetência do juízo pela complexidade da causa	297
▸ Modelo de saneamento e designação de audiência de instrução e julgamento em demanda que versa sobre acidente de trânsito, com rejeição de preliminar de ilegitimidade passiva da seguradora	299
▸ Modelo de decisão de saneamento e designação de audiência de instrução e julgamento com rejeição de preliminar de inépcia da inicial	301
▸ Modelo de termo de audiência de instrução e julgamento com conclusão dos autos para sentença	302
▸ Modelo de termo de audiência de instrução e julgamento com sentença proferida ao final, sendo revel o requerido	303
▸ Modelo de inicial – relação de consumo – responsabilidade civil – relevância do conteúdo probatório para fins de reparação indenizatória	305
Art. 34.	313
COMENTÁRIOS	314
1. Atenção – Limite do número de testemunhas a serem arroladas pelas partes	314
2. Ordem de oitiva	314
3. Comparecimento das testemunhas	314
4. Condução das testemunhas	314
5. Prazo para apresentação de rol de testemunhas	314
6. Testemunhas que são inquiridas em sua residência ou onde exercem sua função	315
7. O regime da Lei 9.099/95 e o do Código de Processo Civil quanto ao número de testemunhas	315
8. Pode o juiz, sentindo-se convencido diante da prova já colhida, dispensar a testemunha arrolada pela parte?	315
ASPECTOS PRÁTICOS	317
▸ Modelo de requerimento de intimação de testemunhas (art. 34, <i>caput</i> , parte final, Lei 9.099/95)	317
Art. 35.	318
COMENTÁRIOS	319
1. Prova técnica	319
2. Extinção do processo sem apreciação de mérito	319
3. Inspeção judicial	319

4. Prova técnica simplificada	319
5. Ouvida do técnico	320
6. O técnico deve prestar compromisso?	320
7. Convencimento do juiz e conclusão dos pareceres produzidos pelas partes ..	320
8. Inspeção judicial	321
ASPECTOS PRÁTICOS	321
▸ Modelo de inicial possessória em que afigura-se possível a inspeção pessoal ou delegada em coisas, com eventual produção de prova pericial simplificada	321
Art. 36.	322
COMENTÁRIOS	322
1. Dispensa do registro da prova oral	322
2. Oralidade	323
3. Depoimentos colhidos em audiência. Transcrição	323
Art. 37.	324
COMENTÁRIOS	325
1. Poderes do juiz instrutor	325
2. Depoimentos das partes, inquirição de testemunhas e inspeção judicial	325
3. Poderes instrutórios dos juízes leigos	325
4. Requisitos para o recrutamento de juízes leigos	325
5. Impedimento legal ao exercício da advocacia	326
ASPECTOS PRÁTICOS	327
▸ Modelo de termo de audiência de instrução e julgamento presidida por juiz leigo, sob a supervisão de juiz togado – testemunha da parte requerente ausente, embora intimada – concordância sobre a cisão da audiência e adiantamento da inquirição das testemunhas presentes da parte requerida	327
▸ Variações possíveis do termo acima apresentado	328
Art. 38.	329
COMENTÁRIOS	329
1. Dispensa de relatório	329
2. Necessidade de fundamentação	330
3. O CPC/2015 e a exigência de fundamentação	330
4. Proibição de sentença ilíquida	331
5. Coisa julgada	331
6. Organização e preparação para julgamento	331
7. Julgamento conforme o estado	331
8. Inconstitucionalidade na dispensa do relatório na sentença	332
9. Sentença ilíquida	332
10. Impossibilidade de liquidação de sentença	333
11. Reconhecimento <i>ex officio</i> da nulidade da sentença ilíquida	334
12. Fundamentação oral da sentença	335
13. Diferença entre os elementos da sentença nos Juizados Especiais Cíveis e no procedimento comum	335
Art. 39.	335
COMENTÁRIOS	335

1. Limite de alçada	335
2. Ineficácia do acórdão condenatório que excede o limite de alçada	336
3. Competência para execução de título que, em decorrência de encargos posteriores ao ajuizamento, excede o limite de alçada	336
Art. 40.	336
COMENTÁRIOS	337
1. Sentença proferida por juiz leigo	337
2. Homologação (ou não) pelo juiz togado	337
3. Atribuições do juiz leigo	337
4. Projeto de sentença não chancelado judicialmente	337
5. Recurso inominado interposto antes da homologação do projeto de sentença	337
6. Nulidade por ausência de fundamentação do projeto de sentença homologado	338
Art. 41.	338
COMENTÁRIOS	339
1. Meios de impugnação nos Juizados Especiais Cíveis	339
2. Atenção – Decisões interlocutórias	339
3. Duplo grau de jurisdição	339
4. Possibilidade de interposição de Recurso Extraordinário	340
5. Impossibilidade de interposição de Recurso Especial	340
6. Irrecorribilidade da sentença homologatória de conciliação ou laudo arbitral	341
7. Transação como ato jurídico perfeito e acabado	341
8. Anulabilidade da transação por força de arrependimento unilateral	342
9. Transação realizada sem a presença do advogado de uma das partes	343
10. Cabimento de mandado de segurança contra decisões exaradas em processos submetidos ao rito da Lei n.º 9.099/95, segundo o STF	343
11. Competência para conhecer de mandado de segurança impetrado contra autoridade coatora integrante da Turma Recursal	344
12. Controle de competência dos Juizados Especiais via reclamação	345
13. Competência para processamento e julgamento da reclamação	346
14. Admissibilidade da reclamação, à luz da revogada Res/STJ n.º 12/2009	346
15. Competência recursal no âmbito dos Juizados Especiais	347
16. Competência dos Tribunais de Justiça para rever as decisões exaradas nos Juizados	347
17. Cabimento de agravo interno no âmbito dos Juizados Especiais	347
18. Juizados Especiais – em que consiste seu sistema normativo?	347
19. Lei n.º 9.099/95	348
20. Lei n.º 10.259/01	348
21. Lei n.º 12.153/09	348
ASPECTOS PRÁTICOS	349
▸ Modelo de recurso extraordinário com pedido de efeito suspensivo	349
Art. 42.	352
COMENTÁRIOS	352
1. Prazo de interposição recursal	352
2. Prazos recursais no CPC/2015	352
3. Forma de interposição do recurso	352

4. Atenção – “Teoria da causa madura”	352
5. Atenção – Preparo	354
6. Termo inicial da contagem do prazo para interposição de recurso inominado ...	355
7. Recolhimento do preparo	355
8. Condenação ao pagamento de honorários sucumbenciais. Ausência de apre- sentação de contrarrazões ao recurso inominado	355
9. Recurso adesivo em contrarrazões	355
ASPECTOS PRÁTICOS	356
▸ Modelo de recurso inominado	356
▸ Modelo de contrarrazões ao recurso inominado	361
Art. 43.	367
COMENTÁRIOS	368
1. Juízo de admissibilidade	368
2. Efeitos recursais	368
3. Efeito devolutivo como regra	368
4. Comprovação concreta do prejuízo ou dano	368
Art. 44.	369
COMENTÁRIOS	369
1. Possibilidade de transcrição das fitas magnéticas	369
2. Transcrição da gravação da fita magnética	370
3. Pedido de transcrição da gravação e suspensão do prazo recursal	370
Art. 45.	370
COMENTÁRIOS	370
1. Intimação da data de julgamento	370
2. Designação de dia para sessão de julgamento	371
3. Sustentação oral	371
Art. 46.	371
COMENTÁRIOS	371
1. Julgamento pela Turma Recursal	371
2. Julgamento na Turma Recursal	372
3. Cláusula de reserva de plenário	372
4. Recursos cabíveis contra decisões das Turmas Recursais	372
5. Reclamação	374
ASPECTOS PRÁTICOS	375
▸ Modelos de acórdãos proferidos em Turmas Recursais	375
▸ Recurso conhecido e improvido – Cartão de crédito consignado	375
▸ Recurso conhecido e improvido – Golpe do boleto	377
▸ Recurso conhecido e improvido – Negativação indevida	379
▸ Recurso não conhecido – Deserção – Ausência de preparo	382
▸ Recurso conhecido e provido – Necessidade de perícia grafotécnica	383

Art. 47. (Vetado)	386
Art. 48.	387
COMENTÁRIOS	387
1. Hipóteses de cabimento de acordo com a nova redação do art. 48 e a “dúvida”	387
2. Erro material	388
3. Colaboração e juízo plural	389
4. Embargos de declaração e aprimoramento da prestação da tutela jurisdicional	389
5. Obscuridade, contradição, omissão e erro material	390
6. Embargos de declaração e inovação	390
ASPECTOS PRÁTICOS	391
▶ Modelo de embargos de declaração (opção pelo efeito modificativo)	391
▶ Modelo de decisão em embargos de declaração – negado provimento	393
Art. 49.	395
COMENTÁRIOS	395
1. Prazo e forma	395
2. Intempestividade e interrupção do prazo recursal	395
Art. 50.	395
COMENTÁRIOS	396
1. Uniformidade entre os efeitos dos embargos declaratórios no CPC e na Lei dos Juizados Especiais	396
2. Pedido de reconsideração velado	396
3. Interrupção e suspensão do prazo	396
4. Embargos de declaração protelatários	396
5. Conduta processual protelatória	398
6. Caráter inibitório da multa	398
Art. 51.	398
COMENTÁRIOS	399
1. Contumácia do requerente	399
2. Incompatibilidade procedimental	400
3. Incompetência territorial	400
4. Impedimentos previstos no art. 8º	401
5. Falecimento das partes	401
6. Desnecessidade de intimação pessoal	401
7. Hipóteses do art. 485, CPC/2015	401
8. Superveniência de impedimento legal	402
ASPECTOS PRÁTICOS	402
▶ Modelo de decisão extintiva em razão da incompatibilidade do rito sumaríssimo	402
Art. 52.	403
COMENTÁRIOS	404
1. Modificações inseridas pela Lei nº 11.232/05 ao CPC/73	404

2. A defesa do executado	404
3. Atenção – Posicionamento da Corte Especial do STJ em relação à necessidade de intimação do advogado do executado para fins de cumprimento voluntário do que foi determinado na sentença condenatória e consequente aplicação da multa do então art. 475-J, CPC/73, atual § 1º do art. 523	404
4. Execução dos próprios julgados	405
5. Liquidez da sentença	405
6. Intimação	406
7. Superação da alçada em fase de execução da sentença	406
8. Falta ou nulidade da citação	407
9. Manifesto excesso de execução	407
10. Erro de cálculo	408
11. Causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, superveniente à sentença	408
12. Aplicação subsidiária do ordenamento processual civil ao microsistema dos Juizados Especiais Cíveis	408
ASPECTOS PRÁTICOS	409
▸ Modelo de decisão de cumprimento de sentença – obrigação de pagar quantia certa	409
▸ Modelo de decisão relacionada à ordem de indisponibilidade de bens	410
▸ Variações possíveis dos modelos acima mencionados	411
Art. 53.	412
COMENTÁRIOS	413
1. Rito procedimental	413
2. A defesa do executado	413
3. Atenção – Devedor não encontrado ou inexistência de bens penhoráveis	413
4. Competência e rol dos títulos executivos extrajudiciais	414
5. Audiência de conciliação	415
ASPECTOS PRÁTICOS	416
▸ Modelo de termo de audiência de conciliação em execução extrajudicial, com adjudicação de bem penhorado (art. 53, §1.º, Lei 9.099/95)	416
▸ Variações possíveis do modelo acima mencionado	417
▸ Modelo de diligência prévia em pedido de parcelamento (art. 916, Código de Processo Civil)	417
▸ Modelo de deferimento do pedido de parcelamento (art. 916, Código de Processo Civil)	418
▸ Modelo de sentença de extinção da execução – satisfação da obrigação (art. 924, II, Código de Processo Civil)	419
▸ Variações possíveis do modelo acima mencionado	420
▸ Modelos de inicial de execução de título extrajudicial – Cheque	422
▸ Modelo de decisão indeferindo o pedido de penhora de percentual do salário do executado	424
▸ Modelo de decisão deferindo o pedido de penhora de percentual do salário do executado	425

Art. 54.	428
COMENTÁRIOS	429
1. Gratuidade em primeiro grau e despesas em grau de recurso	429
2. Custas, taxas ou despesas	429
3. Gratuidade judiciária da pessoa natural ou jurídica	430
4. Preparo recursal	430
Art. 55.	432
COMENTÁRIOS	432
1. Inexistência de sucumbência	432
2. Exceção para a hipótese de litigância de má-fé	432
3. Sucumbência	433
4. Sucumbente beneficiário da gratuidade da justiça	433
5. Omissão, no acórdão, da fixação dos honorários sucumbenciais	433
6. Honorários do advogado nomeado defensor dativo	433
7. Custas na execução	434
ASPECTOS PRÁTICOS	434
▸ Modelo de decisão rejeitando embargos à execução e condenando a parte vencida em custas processuais	434
Art. 56.	435
COMENTÁRIOS	436
1. Curadorias e assistência judiciária	436
2. Assistência jurídica	436
3. Justiça gratuita e atos extrajudiciais	436
Art. 57.	436
COMENTÁRIOS	437
1. Acordo extrajudicial	437
2. Homologação	437
ASPECTOS PRÁTICOS	438
▸ Modelo de decisão homologatória de acordo extrajudicial	438
▸ Modelo de decisão de indeferimento a homologação de acordo extrajudicial em razão da incompatibilidade do rito sumaríssimo	438
Art. 58.	439
COMENTÁRIOS	439
1. Leis locais	439
2. Ampliação das hipóteses de conciliação	440
Art. 59.	440
COMENTÁRIOS	440
1. Impossibilidade de ajuizamento de ação rescisória	440
2. Mandado de segurança	442
Art. 93.	443
COMENTÁRIOS	443

1. Inconstitucionalidade de lei estadual sobre Juizados Especiais que dispõe sobre matéria própria de direito processual civil	443
Art. 94.	444
COMENTÁRIOS	444
1. Igualdade material	444
Art. 95.	445
COMENTÁRIOS	446
1. Juizados Especiais Itinerantes	446
Art. 96.	446
Art. 97.	446
COMENTÁRIOS	446
1. Revogação expressa	446

LEI N.º 12.153, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

Art. 1º –	451
COMENTÁRIOS	451
1. O processo de criação dos Juizados da Fazenda Pública no Congresso Nacional	451
2. Os Juizados Especiais da Fazenda Pública são inconstitucionais?	456
3. Juizados da Fazenda Pública: Justiça Especial ou Justiça Comum?	456
4. O marco legal do Sistema dos Juizados Especiais	457
5. O Sistema dos Juizados Especiais e a exclusão dos Juizados Especiais Federais	459
6. Implementação dos Juizados Especiais da Fazenda Pública na prática e o fracasso do sonho de acesso facilitado à justiça	464
Art. 2º –	466
COMENTÁRIOS	467
1. Jurisdição e competência na dimensão do processo justo	467
2. A competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública	467
3. Causas que não se incluem na competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública	470
4. Obrigações vincendas	472
5. Veto presidencial e valor da causa no litisconsórcio ativo facultativo	473
6. Natureza jurídica da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública	475
Art. 3º –	476
COMENTÁRIOS	476
1. Tutelas de urgência nos Juizados Especiais da Fazenda Pública	476
2. Inconstitucionalidade da expressão “de ofício” no art. 3.º da Lei 12.153/09	477

ASPECTOS PRÁTICOS	479
▸ Modelo de decisão concedendo tutela provisória de urgência, em desfavor de ente público, para fornecimento de medicamento não padronizado pelo SUS .	479
Art. 4º –	482
COMENTÁRIOS	482
1. A sistemática recursal nos Juizados Especiais da Fazenda Pública	482
2. Requisitos de admissibilidade	484
3. Recurso cabível contra as decisões que versarem sobre tutela provisória de urgência	486
4. Meios de impugnação das decisões judiciais nos Juizados Especiais da Fazenda Pública	488
5. Tipos de recursos cabíveis	490
6. Prazo para a interposição do recurso inominado	491
7. Prazo para a oposição dos embargos de declaração	491
8. Preparo	491
9. Atenção – STF e a “inadmissibilidade” do mandado de segurança contra decisões interlocutórias – STJ e a “admissibilidade” do mandado de segurança .	493
Art. 5º –	493
COMENTÁRIOS	494
1. Pressuposto processual de validade	494
2. Requerentes	494
3. Sociedades beneficentes ou assistenciais, sociedades sem fins lucrativos, condomínios e o espólio	494
4. Incapazes	494
5. Requeridos	496
6. Pedido contraposto	498
7. Intervenção de terceiros	500
ASPECTOS PRÁTICOS	501
▸ Modelo de despacho suscitando conflito negativo de competência em virtude de constar autarquia federal no polo passivo	501
Art. 6º –	504
COMENTÁRIOS	504
1. Citações e intimações das Fazendas Públicas Estaduais e Municipais	504
2. Práticas de atos processuais por meio eletrônico	504
3. Autarquias, fundações e empresas públicas	504
Art. 7º –	505
COMENTÁRIOS	505
1. Observação	505
2. Prerrogativas da Fazenda Pública	505
3. Defensores Públicos	505
4. Atenção – Defensoria Pública e o CPC/2015	505

5. Ministério Público Estadual	505
6. Citação para a audiência de conciliação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias	505
Art. 8º -	506
COMENTÁRIOS	506
1. Acordos realizados pelas Fazendas Públicas Estaduais e Municipais	506
2. Obrigatoriedade	506
ASPECTOS PRÁTICOS	506
▸ Modelo de despacho dispensando a realização de ato conciliatório em demanda em trâmite nos Juizados Especiais da Fazenda Pública	506
Art. 9º -	507
COMENTÁRIOS	507
1. Observação	507
2. Momento processual oportuno para a apresentação da documentação por parte da entidade pública requerida	507
Art. 10-	507
COMENTÁRIOS	508
1. Realização de prova pericial	508
2. Prazo de entrega do laudo da prova técnica	509
Art. 11-	510
COMENTÁRIOS	510
1. Observação	510
2. Artigo 496, CPC	510
Art. 12-	510
COMENTÁRIOS	510
1. Observação	510
2. Cumprimento do acordo ou das sentenças em obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa certa	511
Art. 13-	512
COMENTÁRIOS	513
1. Sentenças condenatórias de obrigação de pagar quantia certa	513
2. Procedimento para o cumprimento da obrigação	513
3. Obrigações de pequeno valor (RPV)	514
4. Levantamento do valor	514
5. Crédito superior ao valor de 60 (sessenta) salários-mínimos	514
6. Honorários e fracionamento	514
7. Execução de título extrajudicial	515
Art. 14-	515
COMENTÁRIOS	515
1. Juizados Especiais da Fazenda Pública e os Tribunais de Justiça	515
2. Juizados Especiais Adjuntos	515

Art. 15.	515
COMENTÁRIOS	516
1. Observação	516
2. Aplicação dos arts. 22, 37 e 40, Lei 9.099/95	516
3. Conciliadores e juízes leigos	516
4. Impedimentos dos conciliadores e juízes leigos	516
ASPECTOS PRÁTICOS	517
▸ Modelo de termo de audiência conduzida por Juiz Leigo em que houve composição	517
Art. 16.	518
COMENTÁRIOS	518
1. Atos que poderão ser praticados pelo conciliador	518
2. Não obtenção da conciliação e posterior realização da audiência de instrução	519
3. Atenção – Redação do art. 26	519
ASPECTOS PRÁTICOS	519
▸ Modelo de termo de audiência de instrução e julgamento conduzida por juiz togado	520
Art. 17.	521
COMENTÁRIOS	522
1. Instituição e composição das Turmas Recursais	522
2. Impossibilidade de recondução	522
ASPECTOS PRÁTICOS	522
▸ Modelo de acórdão proferido por Turma Recursal de Juizados Especiais da Fazenda Pública	522
Art. 18.	524
COMENTÁRIOS	524
1. Finalidade	524
2. Pedido de divergência entre decisões de Turmas Recursais do mesmo Estado	524
3. Pedido de divergência entre decisões de Turmas Recursais pertencentes a diferentes Estados ou proferidas em contrariedade a súmula do Superior Tribunal de Justiça	525
4. Não será de competência das Turmas Recursais dos JEFAPZ's proceder à juízo de admissibilidade de PUIL a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça	525
ASPECTOS PRÁTICOS	526
▸ Modelo genérico de pedido de uniformização de interpretação de lei	527
Art. 19.	529
COMENTÁRIOS	529

1. Formulação de pedidos idênticos de uniformização de interpretação de lei recebidos subsequentemente	529
2. Possibilidade de solicitação de informações ao Presidente da Turma Recursal ou ao Presidente da Turma de Uniformização	530
3. Atenção – “ <i>Amicus Curiae</i> ”	530
ASPECTOS PRÁTICOS	530
▸ Modelo genérico de reclamação para o Superior Tribunal de Justiça	532
Art. 20.	533
COMENTÁRIOS	533
1. Normas dos Tribunais de Justiça	533
2. Normas do Superior Tribunal de Justiça	533
3. Normas do Supremo Tribunal Federal	534
ASPECTOS PRÁTICOS	534
Art. 21.	536
COMENTÁRIOS	536
1. Hipóteses de admissibilidade do recurso extraordinário	536
2. Processamento e julgamento	537
3. Repercussão geral	537
ASPECTOS PRÁTICOS	538
▸ Modelo genérico de recurso extraordinário	538
Art. 22.	540
COMENTÁRIOS	540
1. Prazo para a instalação	540
2. Aproveitamento da estrutura das Varas da Fazenda Pública	540
ASPECTOS PRÁTICOS	540
Art. 23.	541
COMENTÁRIOS	541
1. Limitação da competência	541
ASPECTOS PRÁTICOS	541
Art. 24.	542
COMENTÁRIOS	542
1. Cautela do legislador	542
ASPECTOS PRÁTICOS	543
▸ Modelo genérico de suscitação de conflito negativo de competência	543
Art. 25.	544
COMENTÁRIOS	545
1. Suporte administrativo	545

ASPECTOS PRÁTICOS	545
Art. 26.	546
COMENTÁRIOS	546
1. Aplicação, à míngua de previsão legal em relação aos Juizados Especiais Federais, das normas que disciplinam a atuação dos conciliadores	546
Art. 27.	546
COMENTÁRIOS	546
1. Aplicação subsidiária do CPC	546
ASPECTOS PRÁTICOS	547
▶ Modelo de sentença em ação declaratória de inexistência de débitos, em sede de Juizados Especiais da Fazenda Pública, aplicando-se regras estabelecidas no Código de Processo Civil	547
▶ Modelo de sentença em ação anulatória de débito fiscal, em sede de Juizados Especiais da Fazenda Pública, aplicando-se regras estabelecidas no Código de Processo Civil	552
▶ Modelo de sentença em ação cominatória para fins de realização de procedimento cirúrgico, em sede de Juizados Especiais da Fazenda Pública, aplicando-se regras estabelecidas no Código de Processo Civil	557
▶ Modelo de sentença em ação cominatória para fins de fornecimento de medicamentos, em sede de Juizados Especiais da Fazenda Pública, aplicando-se regras estabelecidas no Código de Processo Civil	561
Art. 28.	565
COMENTÁRIOS	565
1. “ <i>Vacatio legis</i> ”	565

ENUNCIADOS FONAJE

ENUNCIADOS CÍVEIS	567
--------------------------------	-----

ENUNCIADOS DA FAZENDA PÚBLICA	583
--	-----

JURISPRUDÊNCIA EM TESES N.º 89 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TESES DOS JUIZADOS ESPECIAIS	585
---	-----

ENUNCIADOS ENJESP/TJMG

ENUNCIADOS CÍVEIS	587
--------------------------------	-----

CONSOLIDAÇÃO DOS ENUNCIADOS DO FÓRUM PERMANENTE DE PROCESSUALISTAS CIVIS

ENUNCIADOS RELACIONADOS AOS JUIZADOS ESPECIAIS 591

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 595